

3º BRASÍLIA SUMMIT



Se antes a soberania se limitava ao controle territorial e político, hoje ela envolve a autonomia informacional, a preservação da independência tecnológica”

Gilmar Mendes, decano do STF



Ano que vem é ano eleitoral. Nós estamos imensamente preocupados com coisas do tipo deepfake. Esse é um problema para a democracia e para a liberdade de expressão”

Luís Roberto Barroso, ministro do STF



Ninguém pode ser contra a regulação da inteligência artificial. Seria quase como ser contra a lei da gravidade. Não existe nenhuma atividade econômica totalmente desregulada”

Flávio Dino, ministro do STF

O Brasil na luta pela soberania digital

Palestrantes destacam potencial para avançar no desenvolvimento tecnológico, mas ressaltam a necessidade de superar gargalos

» VICTOR CORREIA
» ISRAEL MEDEIROS
» VANILSON OLIVEIRA

O avanço de tecnologias como a inteligência artificial (IA) obriga o Brasil a se repositonar e investir em áreas estratégicas como a instalação de data centers e formação de talentos. A análise é compartilhada por autoridades e especialistas no tema que participaram, ontem, do 3º Brasília Summit: Inovação, Tecnologia e Data Centers, evento realizado pelo Lide e pelo Correio Braziliense na Brasília Palace Hotel.

Com uma matriz energética quase toda sustentável, grande extensão territorial e recursos naturais, como terras raras, o país possui grande potencial — e já lidera na América Latina —, mas precisa resolver gargalos, como a falta de infraestrutura e, principalmente,

de regulamentações que orientem o uso das novas ferramentas tecnológicas. Para isso, governo, mercado, empresários e população precisam caminhar juntos.

Na abertura do evento, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), alertou que o Brasil precisa garantir sua soberania também no virtual e ressaltou o combate ao “neocolonialismo digital”, citando a influência das big techs sobre políticas públicas em diferentes nações. “Se antes a soberania se limitava ao controle territorial e político, hoje ela envolve a autonomia informacional, a capacidade regulatória do ciberespaço e a preservação da independência tecnológica”, frisou.

O magistrado citou o economista e ex-ministro de finanças da Grécia Yannis Varoufakis para reforçar sua tese. “O autor sustenta que o capitalismo tradicional

foi substituído por uma nova lógica, em que o poder não se organiza mais pela livre concorrência de capitais, mas pelo domínio absoluto das plataformas digitais”, afirmou. “A revolução tecnológica em curso exige mais do que inovação. Ela exige um novo pacto e visão de soberania, capaz de garantir que a digitalização e o avanço científico não sejam instrumentos de dependência, mas fundamentos de emancipação nacional e do fortalecimento da democracia.”

Os ministros Luís Roberto Barroso e Flávio Dino, ambos também do STF, ressaltaram que, apesar da complexidade do tema, a regulação do uso de inteligência artificial no Brasil é inevitável, seja via Congresso, seja pela Corte.

Para Dino, os Poderes devem atuar em harmonia para frear abusos, o que inclui decisões do STF em caso de omissão do

Legislativo. “Nós desejamos que o Congresso vote a lei de regulação da inteligência artificial. Vai nos ajudar, mas também, se não o fizer, o Supremo vai deixar de julgar?”, questionou.

Ele relembrou o julgamento no STF, em julho, do trecho do Marco Civil da Internet a respeito da responsabilização das redes sociais sobre conteúdos publicados em suas plataformas. Para o ministro, a decisão do Supremo foi acertada, porque as empresas precisam combater o que chamou de “falhas sistêmicas”, como a pedofilia e a instigação à automutilação e ao suicídio.

“Isto (a responsabilização das redes), a meu ver, serve para o que nós vamos fazer em relação à inteligência artificial. E espero que o façamos em pleno diálogo entre os Poderes, que é o melhor modelo”, defendeu. “Ninguém pode ser

contra a regulação da inteligência artificial. Não existe nenhuma atividade econômica totalmente desregulada.”

Já o ministro Luís Roberto Barroso reconheceu que os desafios na regulação do uso de IA são complexos, especialmente pelas características das novas ferramentas e a velocidade com que os modelos ganharam usuários.

“É preciso proteger os direitos fundamentais, de privacidade, de liberdade de expressão, de autonomia cognitiva; é preciso proteger a democracia contra a massificação da desinformação, contra os discursos de ódio e contra os ataques; e é preciso ter uma governança que tenha transparência, explicabilidade e supervisão humana”, argumentou.

Uma das principais preocupações do Judiciário com o uso indevido de IA, segundo Barroso, é com a produção e a disseminação de

informações falsas. Ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (2020-2022), o ministro pontuou que, em véspera de ano eleitoral, a crescente capacidade das ferramentas de IA de gerar conteúdo inverídico pode ser uma ameaça à democracia e à própria liberdade de expressão.

“Nós temos o problema da massificação da desinformação. Ano que vem é ano eleitoral. Nós estamos imensamente preocupados com coisas do tipo deepfake, que é alguém me colocando aqui dizendo coisas que eu nunca disse sem que seja possível detectar a olho nu. E esse é um problema para a democracia e para a liberdade de expressão, porque nós somos ensinados a acreditar naquilo que vemos e ouvimos. A liberdade de expressão terá perdido completamente o sentido. É um risco imenso”, continuou.

Tecnologia como força de transformação

Em meio ao avanço da tecnologia, a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão, defendeu que o Estado precisa acompanhar a iniciativa privada na adoção de novas ferramentas, especialmente em setores como saúde e educação. “Por que nos hospitais particulares nós temos robôs operando, e no Sistema Único de Saúde (SUS) ainda temos cirurgias convencionais?”, questionou. “Por isso que o Estado precisa realmente acompanhar toda essa modernidade para que a gente possa ser atrativo e competitivo para formarmos verdadeiros profissionais aptos a empregabilidade ao mercado de trabalho, e nós temos tentado fazer essa mudança, essa revolução no DF”, ressaltou.

A vice-governadora, porém, alertou que a tecnologia exige um cuidado maior com o bem-estar da população, especialmente dos mais jovens, que sofrem com questões de saúde mental pelo uso excessivo das redes, acelerado após a pandemia da covid-19.

O presidente do Correio Braziliense, Guilherme Machado,



Fundador do Lide, João Doria discursa durante o evento

argumentou que o futuro do Brasil passa inevitavelmente pela tecnologia e inovação. “Hoje, a inteligência artificial causa estranheza, pânico e preocupação na maioria das pessoas, mas é inevitável não



Celina alertou que a tecnologia exige cuidado com saúde mental

precisarmos dela”, disse. “Cabe a nós entender até onde vai a inteligência artificial e como podemos usá-la para transformar positivamente o futuro.”

Para o presidente do Lide



Guilherme Machado: entender a IA para usá-la positivamente

Brasília, Paulo Octávio, os dados representam para a economia atual e o que o petróleo representou no século passado: um dos principais motores para a inovação e o desenvolvimento. O empresário



Paulo Octávio: “Inovação é sobre confiança no futuro”

destacou que o Brasil já movimentou mais de R\$ 20 bilhões em data centers e é o líder nesse setor na América Latina, responsável por mais de 50% da capacidade instalada da região. Ele defendeu

que o Brasil precisa investir em infraestrutura, formação de talentos e um ambiente regulatório estável para continuar avançando. “Inovação não é apenas sobre tecnologia, é sobre confiança no futuro, visão coletiva e coragem de decidir hoje o Brasil que queremos amanhã”, afirmou.

Tarifaço

Já o fundador e co-chairman do Lide, o ex-governador de São Paulo João Doria, enfatizou que o grupo empresarial está atento às mudanças no cenário comercial externo, abalado pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos. Nesse contexto, destacou que Brasil e Europa devem viver um novo momento na relação econômica a partir do próximo ano. “Até no mês de dezembro será finalmente assinado o acordo Mercosul-União Europeia, depois de 21 anos. Essa é uma forma de boa resposta às medidas, à sobre-taxa que o governo americano está impondo ao Brasil e à União Europeia”, discursou.(VC e VO)